

50° EDITAL

04/2026

Chamada de Projetos nas Paisagens Prioritárias Alto Poti, Sul do Maranhão e Oeste da Bahia



Foto: Amanda Vieira/Acervo ISPN

Editais Fundo Ecos 04/2026

Chamada de Projetos nas Paisagens Prioritárias

Paisagens: Alto Poti, Sul do Maranhão e Oeste
da Bahia

OITAVA FASE OPERACIONAL
SGP/GEF

50º edital Fundo Ecos

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
SHCGN CLR Quadra 709 Bloco "E" Loja 38, CEP 70.750-515, Brasília-DF
Brasília/DF: (61) 3327-8085
Santa Inês/MA: (98) 3653-9783

ispn.org.br

instituto@ispn.org.br

Sumário

1. Apresentação	5
2. Contexto	6
3. Objetivo	7
4. Área de abrangência - Paisagens Prioritárias	7
5. Temas do Edital	8
6. Recursos	13
6.1. Categoria de projetos	14
7. Requisitos para enquadramento dos projetos	15
8. Critérios de elegibilidade	15
9. Processo de seleção dos Projetos	17
10. Critérios de seleção	18
11. Orientações para composição do orçamento do projeto	21
11.1. Contrapartida	22
11.2. Itens financiáveis	23
11.3 Itens não-financeiros	24
12. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais	24
13. Apresentação das propostas	25
13.1. Prazos	26
14. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos	27
15. Monitoramento	27
ANEXO A – Instruções importantes para apresentação de propostas	29
ANEXO B - Roteiro para apresentação de propostas	30

Lista de siglas

BA - Bahia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CGN - Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CT - Câmara Técnica

CTA - Coordenação Técnico-Administrativa do Fundo Ecos

GEF - Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente)

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

MA - Maranhão

MS - Mato Grosso do Sul

ONG - Organização não governamental

OSC - Organização da Sociedade Civil

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PGTA - Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PGTAQ - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola

PI - Piauí

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SGP - Small Grants Program

RG - Registro Geral

UE - União Europeia

USAID - United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

1. Apresentação

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é uma organização da sociedade civil (OSC) sem fins econômicos, com sede em Brasília (DF) e escritório em Santa Inês e São Luís (MA). Há mais de 35 anos, atua no fortalecimento de meios de vida sustentáveis, com protagonismo comunitário e valorização dos saberes tradicionais e da sociobiodiversidade.

A justiça ecossocial e climática é o horizonte que orienta sua atuação. O Instituto apoia a geração e a troca de conhecimentos, reconhecendo o papel fundamental das comunidades locais na manutenção da vida no planeta e na construção de soluções inovadoras e resilientes frente à crise climática.

O ISPN atua no campo ecossocial, com foco no fortalecimento de povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, povos indígenas e suas organizações. O Instituto busca contribuir para a democratização do acesso a conhecimentos, informações e recursos financeiros, de forma adaptada às realidades e necessidades desses públicos, além de incentivar o fortalecimento da relação entre pesquisadores, gestores públicos e comunidades.

A principal estratégia de atuação do ISPN é a Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais, implementada a partir do protagonismo comunitário, articulação política, gestão do conhecimento e acesso a recursos. Para mais informações, acessar o site ispn.org.br.

O Fundo Ecos é um mecanismo de apoio a projetos voltados à promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais. Implementado há mais de 30 anos pelo ISPN, o Fundo atua na promoção do desenvolvimento com equidade social e equilíbrio ambiental, por meio do fortalecimento de meios de vida sustentáveis e de estratégias de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

O Fundo concede doações a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e a cooperativas formalmente constituídas, de caráter não governamental e ou de base comunitária, para a implementação de ações que gerem benefícios socioambientais.

Seu foco está nas inter-relações entre povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, povos indígenas e o meio ambiente, com ênfase na promoção de modos de vida sustentáveis que contribuam para benefícios sociais e ambientais, em consonância com acordos internacionais e políticas públicas nacionais.

Desde 1994, o Fundo Ecos conta com o apoio do Small Grants Program (SGP), programa do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e executado pelo ISPN. A partir de 2012, outros doadores passaram a integrar o Fundo, como o Fundo Amazônia, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a União Europeia (UE) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Desde sua criação, o Fundo Ecos já contou com o apoio de 15 doadores, viabilizando o financiamento de mais de mil projetos e o repasse de mais de 31 milhões de dólares diretamente a organizações de base comunitária. Para mais informações, acessar o site fundoecos.org.br.

2. Contexto

Esta Chamada de Projetos para as Paisagens Prioritárias Alto Poti, Sul do Maranhão e Oeste da Bahia insere-se no contexto do projeto “Oitava Fase Operacional do Small Grants Program no Brasil - Fundo Ecos (GEF/SGP/PNUD)”, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), implementado Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e executado pelo ISPN. O projeto tem por objetivo promover resiliência social, econômica e ecológica em paisagens nos biomas Cerrado e Caatinga por meio de atividades de base comunitária que geram benefícios ambientais globais e desenvolvimento rural sustentável.

No âmbito deste projeto, o Fundo Ecos atua em paisagens prioritárias no Alto Rio Poti (PI), Sul do Maranhão (MA), Oeste da Bahia (Bacias Hidrográficas dos rios Corrente e Grande - BA) e na paisagem indígena Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul.

Além do apoio por meio dos projetos estratégicos, as paisagens contarão com pequenos projetos e projetos de consolidação, desenvolvidos por iniciativas de base comunitária e organizações de assessoria. Essas iniciativas atuarão de forma articulada e complementar, contribuindo para o fortalecimento das capacidades locais e para a ampliação da resiliência ecossocial nos territórios apoiados.

A atuação nestas paisagens é orientada pelas Estratégias de Paisagem, documentos elaborados a partir de oficinas de consultas realizadas com os parceiros locais. Os links para estes documentos estão disponíveis na página do edital.

3. Objetivo

Em alinhamento com o projeto “Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil”, este edital visa amplamente **promover paisagens resilientes que geram desenvolvimento sustentável e conservação ambiental.**

O presente Edital tem por objetivo apoiar organizações da sociedade civil (entre associações sem fins lucrativos, OSCIPs, organizações não-governamentais, sindicatos e cooperativas) para o desenvolvimento de pequenos projetos ou projetos de consolidação para atuarem em três das quatro paisagens prioritárias: Alto Rio Poti (PI), Sul do Maranhão (MA) e Oeste da Bahia (BA).

Os projetos devem dialogar com os resultados das Oficinas de Consulta realizadas nas paisagens, que trazem apontamentos sobre área prioritária, diagnósticos dos principais problemas e eixos prioritários para atuação.

4. Área de abrangência - Paisagens Prioritárias

As áreas de abrangência de cada paisagem foram definidas de forma participativa durante as Oficinas de Consulta realizadas nos territórios. Para essa chamada de

Projetos nas Paisagens Prioritárias, são elegíveis exclusivamente as seguintes paisagens e seus respectivos municípios de abrangência:

- **Alto Rio Poti, Piauí (PI)** - municípios de Juazeiro do Piauí, Milton Brandão e Pedro II.
- **Sul do Maranhão, Maranhão (MA)** – municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Benedito Leite, Carolina, Loreto, Riachão, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso.
- **Oeste da Bahia (BA):**
 - Bacia Hidrográfica do Rio Corrente (BA) - municípios de Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória.
 - Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA) - município de Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e São Desidério.

5. Temas do Edital

Os principais temas e ações a serem apoiados por este Edital estão definidos nos documentos Estratégias de Paisagem, para cada uma das paisagens prioritárias apoiadas neste edital. Os projetos devem se enquadrar em pelo menos uma das seguintes linhas temáticas:

Paisagem Alto Rio Poti (PI)

Temas	Possíveis ações e atividades
Conservação ambiental e Gestão dos recursos naturais	Combate ao desmatamento, incêndios, caça e extração ilegal de madeira; recuperação de áreas degradadas e reflorestamento; proteção de nascentes e recursos hídricos; campanhas de educação ambiental; criação de zonas de proteção ambiental; conscientização sobre descarte adequado de resíduos e reciclagem.

Temas	Possíveis ações e atividades
Água, saneamento e adaptação climática	Preservação de rios e nascentes; instalação de reservatórios de água e cisternas; articulação para acesso a políticas públicas de abastecimento hídrico; ações de uso racional da água; fortalecimento da segurança hídrica das comunidades.
Agroecologia, produção sustentável e soberania alimentar	Implantação de roças e quintais agroecológicos; fortalecimento da agricultura familiar; incentivo ao uso de biofertilizantes e práticas produtivas sustentáveis; fortalecimento das casas de sementes; conservação da agrobiodiversidade e do patrimônio genético; valorização da produção local e da soberania alimentar.
Beneficiamento, comercialização e geração de renda	Fortalecimento do acesso a mercados institucionais; promoção de feiras e comercialização em rede; oficinas de beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade; valorização dos produtos locais; geração de renda para mulheres e jovens; melhoria das condições de escoamento da produção.
Mulheres, juventude e inclusão social	Promoção da participação de mulheres e jovens nas organizações comunitárias; fortalecimento do protagonismo feminino; criação de grupos e comissões de mulheres; intercâmbios, formações e atividades voltadas à juventude; incentivo à formação de lideranças jovens e à permanência dos jovens nos territórios.
Cultura, identidade e valorização dos saberes tradicionais	Valorização das pessoas idosas e dos conhecimentos tradicionais; fortalecimento da identidade comunitária; promoção da troca de saberes entre gerações; reconhecimento das práticas culturais locais.
Organização comunitária, associativismo e fortalecimento institucional	Fortalecimento das associações e redes locais; incentivo ao trabalho coletivo e a cooperação comunitária; formação em associativismo; assessoria técnica às organizações; fortalecimento da participação comunitária e da gestão organizacional; ampliação da participação da juventude nas entidades.
Políticas públicas e incidência	Ampliação do acesso a políticas públicas;

Temas	Possíveis ações e atividades
política	fortalecimento da atuação das organizações e rede da paisagem; capacitação para acesso a programas governamentais e mercados institucionais; incidência política para o desenvolvimento sustentável; conscientização sobre os impactos do agronegócio e grandes empreendimentos; fortalecimento da participação comunitária nos espaços de decisão.

Paisagem Sul do Maranhão (MA)

Temas	Possíveis ações e atividades
Conservação ambiental e gestão do território	Diagnóstico sobre situação fundiária e desmatamento da região; mapeamento ambiental dos afluentes do rio Balsas; ações de educação ambiental; palestras e seminários sobre impactos dos agrotóxicos; fortalecimento de brigadas comunitárias; iniciativas de conservação do Cerrado e mecanismos de incentivo à proteção ambiental.
Água, clima e tecnologias sociais	Promover o acesso a tecnologias e inovações adequadas à produção extrativista do território; Implantação de cisternas e sistemas de captação de água da chuva; sistemas de reuso de águas cinzas; tecnologias para saneamento rural (biodigestores e fossas biodigestoras); acesso à energia solar para bombeamento de água; ações de adaptação às mudanças climáticas e enfrentamento das secas.
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Promoção e fortalecimento de quintais produtivos e sistemas agroflorestais (SAFs); aprimoramento da apicultura e meliponicultura; fomentar a produção, beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado (óleos, polpas, farinhas e derivados); fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade; promover ações de assistência técnica e extensão rural (ATER); promoção de encontros e intercâmbios de trocas de sementes; criação e fortalecimento de feiras agroecológicas; fortalecimento de agroindústrias comunitárias e de mulheres; estruturação de cozinhas comunitárias e espaços de

	armazenamento e beneficiamento da produção da agricultura familiar; fortalecimento de marcas e estratégias de divulgação da agricultura familiar; fortalecimento de centros de comercialização; promoção do Turismo de Base Comunitária.
Mulheres e autonomia econômica	Fortalecimento do protagonismo das mulheres nas organizações comunitárias; criação de redes de agroindústrias de mulheres; formação sobre direitos e acesso a políticas públicas; valorização do trabalho das mulheres rurais; fortalecimento da participação das mulheres em espaços de decisão e incidência política.
Juventude rural	Encontros e intercâmbios da juventude; formação em associativismo e cooperativismo para juventude rural; capacitação em comunicação social e educomunicação; valorização da identidade cultural camponesa e tradicional.
Organização social, associativismo e cooperativismo	Formação em associativismo e cooperativismo; criação e revitalização de associações comunitárias; fortalecimento das organizações de base e da gestão organizacional.
Direitos humanos, regularização fundiária e incidência política	Elaboração de dossiês sobre violações de direitos humanos no território; campanhas de comunicação e incidência política; realização de audiências públicas; fortalecimento das ações de regularização fundiária; criação de fóruns regionais de políticas públicas.

Paisagem Oeste da Bahia (BA)

Temas	Possíveis ações e atividades
Produção sustentável, agroecologia e adaptação climática	Adoção e fortalecimento de sistemas agroecológicos e agroflorestais; Criação e fortalecimento de bancos de sementes e conservação de variedades; Tecnologias sociais e assistência técnica contextualizadas; Adoção de medidas de adaptação às mudanças climáticas; Promoção de fundos rotativos solidários, agroindústrias e casas de farinha;

Temas	Possíveis ações e atividades
	Disseminação de experiências exitosas de geração de renda
Conservação ambiental e gestão da sociobiodiversidade	Restauração do Cerrado pelas comunidades, incluindo coleta de sementes, muvuca e viveiros; Fortalecimento do Manejo Integrado do Fogo nas comunidades, com aceiros, capacitação, educação ambiental e formação de brigadas comunitárias; Promoção da educação ambiental nas escolas e comunidades
Proteção territorial e defesa de direitos	Cercamentos e monitoramentos territoriais; Proteção de áreas sensíveis diante de ameaças e grandes empreendimentos; Garantia de assistência e formação jurídica; Criação de protocolos para situações de risco; Formações políticas sobre identidade, direitos e associativismo; Reconhecimento e garantia das áreas de extrativismo, assegurando o acesso, o uso sustentável dos recursos naturais e os direitos territoriais das comunidades tradicionais; Participação comunitária nos comitês de bacias hidrográficas; Ações de incidência política e participação nos espaços decisórios
Mapeamento, planejamento e gestão territorial	Mapeamento participativo de territórios, povos, comunidades, rios, nascentes (ativas e degradadas), conflitos; Promover estudos sobre a história social da região; Ações de incidência por melhores condições de transporte e energia
Fortalecimento organizativo, comunicação e articulação de conhecimentos	Fortalecimento institucional das organizações e formação em associativismo; Fomento a comunicação popular e criação de equipes comunitárias de comunicação; Fortalecimento da articulação com universidades e núcleos de estudos; Desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados aos territórios locais

Temas	Possíveis ações e atividades
Mulheres, juventudes e protagonismo nos territórios	Promoção da participação e protagonismo de mulheres e jovens em projetos e espaços de decisão; Capacitação e geração de renda para mulheres; Ações de lazer e fortalecimento dos vínculos da juventude com o território; Realização e apoio a campanhas de incidência com envolvimento da juventude
Cultura, identidade e saberes tradicionais	Oficinas de autorreconhecimento e valorização das identidades locais; promover encontros de raizeiras, benzedeiros e detentores de saberes tradicionais; fortalecimento da memória social e cultural dos territórios.
Saúde, bem-estar e cuidado comunitário	Promoção da saúde mental e do autocuidado, especialmente para mulheres e jovens; Disseminação e fortalecimento de práticas integrativas e complementares de saúde; Estabelecimento de parcerias com universidades, agentes comunitários e serviços públicos de saúde; Incidência pela estruturação dos CAPS; Fortalecimento de redes de cuidado e apoio comunitário

6. Recursos

O recurso previsto para o apoio a projetos neste edital é de **US\$ 1.028.571,43 equivalente a aproximadamente R\$ 5.040.000,00 (cinco milhões e quarenta mil reais)**, proveniente do projeto “Oitava Fase Operacional do SGP/GEF no Brasil”, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Os recursos serão destinados ao apoio de pequenos projetos e projetos de consolidação nas paisagens prioritárias contempladas por este Edital. A distribuição dos recursos entre as modalidades de apoio e os projetos selecionados observará os critérios e limites estabelecidos neste Edital.

6.1. Categoria de projetos

Este edital visa apoiar a categoria de Pequenos Projetos, com valor de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) e Projetos de Consolidação, com valor de até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) solicitados ao Fundo Ecos.

- **Pequenos Projetos**, com valor até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) solicitados ao Fundo Ecos.

Os pequenos projetos têm por finalidade apoiar iniciativas que estão na fase inicial de seu desenvolvimento e que carecem de recursos para serem incentivadas e fortalecidas. São projetos de pequeno valor, destinados às organizações com pouca ou nenhuma experiência em gestão de projetos.

- **Projetos de Consolidação**, com valor até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) solicitados ao Fundo Ecos.

Os projetos de consolidação têm por finalidade apoiar iniciativas já existentes, com resultados e impactos positivos comprovados, e que buscam aprimorar sua metodologia e/ou ampliar sua escala de atuação e impacto. Os projetos de consolidação são destinados às organizações que tenham alguma experiência em gestão de projetos.

Observações:

- a. O Comitê Gestor Nacional (CGN) poderá aprovar projetos com redução ou acréscimo do montante solicitado, sem extrapolar o teto por projeto;
- b. **Cada organização poderá enviar apenas uma proposta para este edital.** A organização deverá escolher uma categoria de projeto para enviar sua proposta. As organizações que enviarem mais de uma proposta, terão suas propostas desconsideradas na etapa de triagem do processo de seleção.

7. Requisitos para enquadramento dos projetos

Serão contemplados projetos a serem desenvolvidos nas Paisagens Prioritárias para a Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil, **com tempo total de execução de até 15 meses** e que estejam alinhados aos resultados das Oficinas de Consulta realizadas nas paisagens, que contemplem ações e atividades com vistas a:

- Implementar as ações estratégicas priorizadas nas oficinas realizadas em cada paisagem;
- Oferecer, facilitar e/ou articular processos de capacitação, seminários, oficinas e intercâmbios;
- Trabalhar para ampliar os mercados para os produtos da sociobiodiversidade da paisagem;
- Promover a disseminação dos resultados das ações na paisagem para outros públicos;
- Garantir o enfoque de gênero nas ações realizadas pelo projeto na paisagem;
- Gerar sinergias entre as demais organizações de base comunitária da paisagem que serão apoiadas pelo Fundo Ecos, com o objetivo de construir resiliência ecológica, social e econômica de longo prazo;

8. Critérios de elegibilidade

O atendimento aos seguintes critérios de elegibilidade é obrigatório para a contratação dos projetos:

- A. Ser apresentado por organização da sociedade civil (associação sem fins lucrativos, sindicato ou cooperativa), constituída legalmente há pelo menos 2 (dois) anos. No caso de articulações que não estejam legalmente constituídas, estas poderão participar deste edital por meio de organização proponente que esteja legalmente constituída;

- B. Os projetos devem atender a área de abrangência correspondente aos municípios estabelecidos para as paisagens mencionado no item 4 deste edital;
- C. Os projetos devem focar em ações relacionadas às linhas temáticas mencionadas no item 5 deste edital;
- D. Os projetos devem atender o limite orçamentário máximo de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) para pequenos projetos e R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para projetos de consolidação; mencionados no item 6.1 deste edital;
- E. O cronograma de execução das atividades do projeto deve atender o limite de **até 15 meses de execução**;
- F. Os projetos devem apresentar toda a documentação legalmente exigida conforme a sua natureza. Os documentos exigidos no ato do envio do projeto são (as cópias dos documentos exigidos não necessitam de autenticação):
 - i. Cópia da ata de fundação da entidade proponente devidamente registrada no cartório competente;
 - ii. Cópia do estatuto da entidade proponente devidamente registrado em cartório competente;
 - iii. Cópia da ata da atual diretoria da entidade proponente devidamente registrada no cartório competente; **o mandato da diretoria deve estar vigente na data de envio do projeto**;
 - iv. Cópia do registro de CNPJ regular da entidade proponente.

Não são elegíveis enquanto organizações proponentes e ou beneficiárias organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos, fundações públicas ou privadas, instituições de pesquisa ou outras organizações cujo objeto social não se enquadre no objetivo da chamada pública.

9. Processo de seleção dos Projetos

A metodologia de seleção do Fundo Ecos visa conduzir um processo de seleção transparente e justo para todos os concorrentes, com agilidade e minimizando o tempo exigido aos membros do Comitê Gestor Nacional (CGN). Essa metodologia permite realizar a seleção de forma expedita conforme a estratégia nacional do Fundo Ecos.

O processo de seleção dos projetos ocorre em três etapas distintas:

1. Recepção dos projetos e triagem
2. Análise da Câmara Técnica (CT)
3. Seleção final realizada pelo Comitê Gestor Nacional (CGN)



Etapa 1: Recepção dos projetos e triagem

É feita pelo ISPN, na condição de Coordenação Técnico-Administrativa do Fundo Ecos (CTA), na qual são verificados os critérios de elegibilidade dos projetos (item 8).

Etapa 2: Análise da Câmara Técnica (CT)

O objetivo da Câmara Técnica (CT) é analisar tecnicamente os projetos recebidos de forma a apoiar o Comitê Gestor Nacional (CGN) em sua análise e seleção final dos projetos. A CT é uma instância temporária, que não possui membros fixos e é constituída no momento da avaliação dos projetos. Para a composição da CT são mobilizados membros da equipe interna do ISPN, assim como especialistas/profissionais externos, que tenham afinidade com a temática do edital. Na CT serão analisados os critérios de enquadramento das propostas (item 7), seleção (item 10) e composição orçamentária (item 11). Nesta etapa os avaliadores podem sugerir adequações aos projetos. O resultado da análise é enviado ao CGN.

Etapa 3: Realização da reunião do Comitê Gestor Nacional (CGN) do Fundo Ecos

O Comitê Gestor Nacional (CGN) é a instância consultiva e deliberativa do Fundo Ecos. O CGN é o principal órgão decisório do Fundo Ecos, que lhe fornece supervisão, orientação e direcionamento. É composto por representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil e especialistas da academia.

A seleção final é realizada pelo CGN com base numa lista de projetos pré-selecionados pela Câmara Técnica (CT). A decisão do CGN é lavrada em ata, que subsidiará o ISPN no processo de tramitação dos contratos.

Ao fim desse processo de seleção, o ISPN comunica por e-mail as organizações que tiveram seus projetos selecionados, e torna público o resultado da seleção no seu site e mídias sociais.

10. Critérios de seleção

A seguir, estão listados os critérios que serão utilizados pela Câmara Técnica (CT) e pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) para selecionar as propostas. Para as propostas se posicionarem melhor neste processo seletivo, é desejável:

- A. Tenham os objetivos e ações alinhados aos temas e ações propostos nas Oficinas de Consulta realizadas nas Paisagens Prioritárias;
- B. Ter as ações e atividades planejadas de acordo com as orientações para o enquadramento das propostas, conforme item 7 desta chamada;
- C. Beneficiar Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e ou Agricultores Familiares;
- D. Promover a inclusão, a participação e o protagonismo social, considerando a diversidade de gênero, geracional, racial e étnica nas diferentes etapas e ações do projeto;
- E. Promover a sustentabilidade da ocupação e das atividades exercidas nos territórios;
- F. Demonstrar ser participativo em todas as etapas, ou seja, concepção, implementação, monitoramento e avaliação;
- G. Ser apresentado de forma concisa e específica, buscando facilitar a compreensão da proposta, evidenciando o problema, os objetivos, os produtos e os impactos esperados, no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos;
- H. Demonstrar a viabilidade dos objetivos e sua capacidade de gerar resultados concretos nos prazos previstos e com os recursos disponíveis, alinhados ao objetivos e temas do edital;
- I. Prever articulação com autoridades governamentais, outros grupos da sociedade civil e/ou o setor privado, visando ganho de escala e incidência em políticas públicas;
- J. Identificar os possíveis riscos e impactos negativos em termos sociais, ambientais, econômicos e culturais do projeto e os mecanismos de minimização dos mesmos;
- K. Considerar as normas ambientais, sanitárias, fiscais, tributárias e outras relevantes para a execução dos projetos, caso aplicável;

- L. Prever contrapartida não financeira e, quando cabível, contrapartida financeira;
- M. Prever a comunicação dos resultados e gestão do conhecimento, com divulgação aos públicos apropriados e com a devida previsão orçamentária;
- N. Para projetos que envolvem acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, respeitar normas legais e princípios éticos relacionados, bem como a repartição dos benefícios;
- O. Para projetos que envolvem comercialização, prever formas realistas de inserção dos produtos no mercado;
- P. As propostas que envolvam atividades em território e ou Terra Indígena deverão estar de acordo com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto 7.747/2002) e com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena, caso haja para o território ou a Terra Indígena em questão;
- Q. As propostas que envolvam atividades em Território Quilombola deverão estar de acordo com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola – PNGTAQ (Decreto 11.786/2023) e com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental, caso haja para o território quilombola em questão;
- R. Demonstrar valor de contribuição para os indicadores do Fundo Ecos e do projeto “Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil”, a saber:

Indicadores	Possíveis ações (exemplos, não se esgota nestes)
Nº de hectares restaurados	Restauração de áreas degradadas com o plantio de sementes, mudas, condução da regeneração natural, recuperação de nascentes, etc.
Nº de hectares sob manejo sustentável	Manejo agroecológico, manejo extrativista sustentável, manejo integrado do fogo, implementação de PGTA, proteção territorial, etc.

Indicadores	Possíveis ações (exemplos, não se esgota nestes)
Nº de famílias adotando práticas para promover a agricultura sustentável e ou a segurança alimentar	Hortas agroecológicas, roças com plantios em consórcios, quintais produtivos, sistemas agroflorestais, integração lavoura-pecuária, etc.
Nº de intercâmbios realizados	Proporcionar troca de experiências e conhecimentos entre projetos de uma mesma paisagem, bem como entre projetos de paisagens diferentes, sobre temas que sejam de interesse mútuo, alinhados com as ações dos projetos, etc.
Nº de projetos com intervenções para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres	Rodas de conversa e capacitações sobre igualdade de gênero, feminismo, liderança feminina, participação das mulheres em capacitações técnicas e produtivas, etc.
Nº de pessoas com capacidades aprimoradas	Capacitações e formações sobre boas práticas agrícolas, gestão do território, tecnologias sociais, beneficiamento de produtos, comunicação, etc.
Nº de tecnologias sociais adotadas que promovam baixas emissões de carbono	Fogões agroecológicos, energia solar ou eólica descentralizadas, biodigestores, etc.
Nº de materiais de gestão do conhecimento e comunicação produzidos	Cartilhas didáticas, livros, vídeos, reportagens, notícias, revistas, podcasts, programas de rádio, etc.
Nº de pessoas incluídas em tomadas de decisões relacionadas à conservação da biodiversidade em níveis de projeto, local, nacional, regional e ou global	Pessoas participando de conselhos municipais, estaduais, nacionais, ou internacionais; comitês de bacias, fóruns, etc.

11. Orientações para composição do orçamento do projeto

Para todos os projetos devem ser observados os seguintes critérios orçamentários:

- i) As despesas com pessoal não devem ultrapassar 30% do valor solicitado ao Fundo Ecos.** O financiamento de projetos poderá incluir despesas com remuneração

de pessoal, desde que as atividades remuneradas estejam ligadas diretamente ao projeto, e que tais despesas, incluindo os encargos obrigatórios, benefícios e rescisão contratual (se for o caso), não ultrapassem 30% do valor solicitado pelo Fundo Ecos.

É considerada despesa de pessoal a prestação de serviço remunerado continuado, com pessoalidade e subordinação, por profissional com dedicação ao projeto. Serviços pontuais, limitados no tempo do projeto, como capacitações, monitorias e/ou consultorias, não são considerados despesas com pessoal e se enquadram na categoria serviços de terceiros.

ii) Os custos administrativos não devem ultrapassar o limite de 15% do valor solicitado ao Fundo Ecos. São considerados custos administrativos as despesas com água, luz, aluguel, serviços contábeis, taxas bancárias da conta associada ao projeto, despesas com deslocamento local para atividades administrativas, custos cartoriais e despesas com correspondências relacionadas à execução do projeto.

11.1. Contrapartida

Todas as propostas submetidas no âmbito do edital **deverão apresentar recursos de contrapartida em um montante mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor solicitado ao Fundo Ecos.**

A contrapartida pode ser na forma de recursos financeiros e não financeiros e deve ser mensurável economicamente. Os projetos devem informar quais são as contrapartidas financeiras e/ou não financeiras. Os recursos de contrapartida (tanto financeira como não financeira) poderão ser advindos de outras organizações com parceria formalizada para a execução do projeto. Seguem exemplos de contrapartidas:

- **Contrapartida Financeira:** recursos provenientes do próprio proponente, organização parceira ou de outra fonte, que serão alocados em atividades do projeto. Os gastos devem ser comprovados e apresentados junto à Prestação de Contas. Exemplos:

Contratação de Pessoal, Prestação de Serviços, Aquisição de Material de Consumo, Equipamentos etc., desde que no período do projeto e com recursos de outras fontes.

• **Contrapartida Não Financeira:** recursos que serão alocados nas atividades do projeto sem comprovação de gastos. Os gastos devem ser mensurados e declarados na prestação de contas. Exemplos: trabalho voluntário (inclusive mutirões, atividades de secretaria em reuniões, ATER e outros), cessão de Infraestrutura e Equipamentos (agrícolas, de informática, veículos etc.) de acordo com o tempo de uso nas atividades do projeto, alimentos (fornecidos pelos beneficiários ou parceiros dos projetos e consumidos durante as atividades).

11.2. Itens financiáveis

- Aquisição de alimentos;
- Despesas com pessoal ligado diretamente ao projeto;
- Assistência técnica, estudos, consultorias e outros serviços especializados relacionados ao projeto;
- Despesas relacionadas a reuniões, capacitações, intercâmbios e outros eventos necessários a execução do projeto;
- Materiais permanentes, máquinas e equipamentos de fabricação nacional ou importados sem similar nacional;
- Ferramentas, maquinários e insumos para produção agroecológica e extrativista;
- Equipamentos eletrônicos e de comunicação;
- Publicações;
- Materiais de consumo, como combustível, material de escritório, entre outros;
- Construções e reformas;
- Comunicação e divulgação das atividades do projeto;
- Custos administrativos devidamente comprovados, relacionados e limitados a 15% (quinze por cento) do valor total do projeto;

11.3 Itens não-financeáveis

- A utilização de recursos para verbas de representação por participação em reuniões;
- Pagamento de direitos autorais;
- Pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores e funcionários públicos;
- A aquisição de imóveis e desapropriações;
- Compra de armamentos;
- Taxa de administração (este item é diferente de custos administrativos, que são descritos em detalhe no item 11);
- Pagamento de dívidas;
- Impostos e taxas, com exceção dos diretamente relacionados ao projeto;
- Atividades que promovam interesses partidários ou eleitoreiros;
- Compra de agrotóxicos e insumos agrícolas de natureza sintética;
- Atividades que promovam desenvolvimento sem a devida atenção às questões ambientais e sociais;
- Projetos individuais ou que não possuam natureza comunitária;
- Bolsas de estudo ou de estágio e pesquisas acadêmicas;
- Projetos governamentais ou de partidos políticos;
- Compra de automóveis;
- Perfuração de poços artesianos.

12. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais

As entidades cujos projetos forem selecionados se comprometem a participar de capacitação em gestão de projetos, de eventos e seminários, sempre que convidadas pelo ISPN. Em especial, **se comprometem a conduzir os processos de monitoramento e avaliação de impactos e resultados de seu projeto** e do conjunto de projetos apoiados, com vistas à elaboração de instrumentos de medição e avaliação de resultados do conjunto dos Projetos Ecosociais apoiados no âmbito do edital.

As entidades que tiverem seus projetos selecionados se comprometerão (em contrato) a realizar prestações de contas periódicas, conforme as regras do Fundo Ecos, do GEF e do PNUD. Caso a prestação de contas não seja realizada, ou não esteja em conformidade com as regras (conforme orçamento e plano de trabalho aprovados), o projeto poderá ser **suspenso ou cancelado** e a entidade responsabilizada administrativa e ou judicialmente.

As entidades proponentes se comprometem a não permitir a sobreposição de fontes no pagamento de um mesmo item de despesa, a menos que seja o caso de rateamento de fração do serviço utilizado por mais de um projeto da entidade.

Os projetos financiados poderão ser auditados de acordo com os procedimentos do Fundo Ecos. Para tanto, a proponente deverá disponibilizar ao auditor responsável o acesso aos registros e **documentos originais** pertinentes ao projeto, os quais **devem ser guardados** em local adequado, **por cinco anos após o final do projeto**.

Os produtos e resultados dos projetos financiados pelo Fundo Ecos são, desde já, considerados de domínio público, porém, nos casos de envolvimento de conhecimento tradicional associado, considera-se a reserva de direito e ou registro, sendo a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) uma ferramenta fundamental para qualquer tipo de acesso ao referido conhecimento.

Qualquer utilização de informações, fotografias ou materiais gráficos decorrentes das atividades do projeto apoiado deverá dar o devido crédito ao Fundo Ecos e aos seus financiadores, com a utilização das respectivas logomarcas.

13. Apresentação das propostas

A submissão do projeto deve seguir rigorosamente todas as questões do roteiro para elaboração de projetos, disponível na página do Fundo Ecos e apresentado também no

Anexo deste edital. O link do formulário está disponível na página do Fundo Ecos, no site: fundoecos.org.br/editais

Recomenda-se que a proposta seja enviada com antecedência, evitando o envio próximo ao prazo final. O ISPN não se responsabiliza por eventuais problemas de conexão com a internet ou por outras dificuldades técnicas que impeçam a submissão dentro do prazo estabelecido.

Não serão aceitos projetos enviados por e-mail, correio ou entregues pessoalmente. No caso de dúvidas ou problema para submeter a proposta na plataforma, entre em contato pelo e-mail fundoecos@ispn.org.br ou consulte as Perguntas Frequentes (FAQ) disponíveis na página do Edital.

O **resultado** do processo de seleção será divulgado na **página do Fundo Ecos** (fundoecos.org.br)

13.1. Prazos

A data e o horário limite para a apresentação de projetos em resposta ao presente Edital são às 18h (horário de Brasília) do dia 11 de novembro de 2026. Não haverá prorrogação do prazo.

Fases da Seleção	Prazos
Lançamento do edital	21/09/2026
Prazo final para envio de propostas	11/11/2026 às 18h horário de Brasília
Reunião da Câmara Técnica	dezembro/2026
Reunião do CGN	fevereiro/2027
Divulgação do resultado	fevereiro/2027

14. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos

Após a seleção, o ISPN enviará e-mail ao proponente informando o resultado e as orientações para a efetivação do contrato.

Pelo menos dois representantes de cada projeto deverão participar da **Oficina Inicial de Planejamento e Gestão de Projetos**, realizada pelo Fundo Ecos. Durante esta oficina, os parceiros locais serão orientados sobre as regras de prestação de contas do Fundo Ecos. A oficina é uma oportunidade para as organizações adequarem seus projetos (Plano de Trabalho, Indicadores, Orçamento e Cronograma), de acordo com as solicitações feitas pelo CGN e em parceria com o ponto focal do projeto no ISPN. Além disso, durante a oficina são dadas as orientações sobre o preenchimento dos relatórios de atividades e financeiro, que compõem a prestação de contas.

O Contrato de doação é assinado após a oficina, e após a revisão dos anexos do projeto (Plano de Trabalho, Indicadores, Orçamento e Cronograma). No momento da celebração do contrato entre a entidade proponente e o ISPN, quando cabível, serão exigidos os originais dos documentos citados em **Critérios de elegibilidade (item 8)** deste edital.

O montante aprovado pelo CGN será repassado em três (3) parcelas. A primeira parcela será liberada após a assinatura do contrato, e as demais parcelas após a aprovação de relatórios de projeto.

15. Monitoramento

O monitoramento e a avaliação dos projetos cabem em primeiro lugar, ao proponente, entidades parceiras e ao conjunto das organizações sociais no qual o projeto está inserido; em segundo lugar, ao ISPN, enquanto Coordenação Técnico-Administrativa (CTA).

A organização proponente, com o apoio das organizações parceiras (caso existam), deve apresentar os relatórios de projeto, compostos pela descrição das atividades e gastos já realizados. A não apresentação destes relatórios, bem como a não aplicação dos recursos

nas atividades previstas no projeto, determina o bloqueio de recursos. Ao final da execução do projeto, a entidade deve apresentar um relatório final, conforme consta do Memorando de Acordo, que será firmado entre as partes no caso de o projeto ser selecionado.

O monitoramento dos projetos selecionados será feito pelo ISPN e parceiros ou por entidades e ou consultores designados. Neste sentido, deverá ser franqueado, igualmente, o acesso de terceiros designados pelo ISPN, para fins de avaliação e monitoramento dos resultados e impactos dos projetos.

Outras informações sobre o Fundo Ecos e suas fontes de financiamento estão disponíveis no site fundoecos.org.br, assim como esse Edital e do roteiro para apresentação de Projeto.

Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas por telefone ou e-mail do ISPN, por meio dos seguintes contatos: (61) 3327-8085 e e-mail fundoecos@ispn.org.br .

ANEXO A – Instruções importantes para apresentação de propostas

Para a submissão do projeto, é necessária a leitura cuidadosa do Edital 4/2026 (50º Edital de Convocação do Fundo Ecos). Para a submissão completa do projeto, o proponente deve seguir todas as questões do roteiro e preencher cada uma dentro do formulário. É fundamental fornecer explicações quantitativas e qualitativas suficientes para o julgamento adequado do projeto. A proponente deve, obrigatoriamente, preencher o formulário de inscrição e **anexar todos os documentos obrigatórios, de acordo com os formatos de arquivo exigidos.**

O acesso à página do edital é por meio do link:

<https://fundoecos.org.br/edital/edital-50o-4o-2026-paisagens-prioritarias>.

É obrigatório o uso dos modelos de anexos do projeto disponibilizados a seguir.

Esses documentos deverão ser preenchidos separadamente e depois anexados ao formulário **no mesmo formato de arquivo disponibilizado.** São eles:

- **Plano de Trabalho**
- **Indicadores do Projeto**
- **Orçamento do Projeto**
- **Cronograma de Atividades**

Em caso de dúvidas ou dificuldades para submeter a proposta no formulário, entre em contato pelo e-mail fundoecos@ispn.org.br.

ANEXO B - Roteiro para apresentação de propostas

Parte 1. A - Informações sobre a Organização Proponente

A organização proponente deve estar regularizada e será a responsável legal pelo projeto. As perguntas sinalizadas com asterisco (*) são de resposta obrigatória.

1. Nome da Organização proponente: *
2. Sigla da Organização proponente: *
3. Endereço completo da organização proponente, com CEP:*
4. Telefone da organização:*
5. E-mail da organização:*
6. CNPJ: (Anexar no formulário)
7. Tipo de organização: () Associação sem fins lucrativos () Organização não governamental; () Associação indígena; () Associação quilombola; () Cooperativa; () OSCIP; () Sindicato de trabalhadoras e trabalhadores rurais; () Outro: _____
8. Data de fundação da organização conforme ata registrada em cartório:*
9. Ata de fundação da organização proponente*: (anexar no formulário)
10. Estatuto proponente*: (anexar no formulário)
11. Ata de eleição e posse da atual diretoria da organização proponente, devidamente registrada no cartório*: (anexar no formulário)
12. Nome do(a) representante legal da organização proponente:*
13. Cargo do(a) representante legal na organização:*
14. Telefone de contato do(a) representante legal da organização:*
15. E-mail de contato do(a) representante legal da organização:*
16. Indique uma organização e/ou pessoa que possa fornecer referência sobre a sua organização:*
17. Informe o telefone da pessoa de referência:*
18. Site e ou Redes sociais da organização:
19. Objetivos da organização:*
20. Como está estruturada a gestão e tomada de decisões da organização? Descreva como a organização efetivamente pratica sua gestão, informando quais são as principais

instâncias, grupos ou pessoas envolvidas na gestão, suas responsabilidades e como são realizados os processos de tomada de decisão e de participação dos membros.

21. A organização já executou projetos ou iniciativas com recursos de terceiros? Se sim, quais são as principais fontes de recursos, nacionais e internacionais, que apoiam ou já apoiaram a organização? Especifique as principais fontes, respectivos valores e período de execução.*

22. A organização já recebeu apoio direto ou indireto do Fundo Ecos (antigamente conhecido como PPP-ECOS)?*

() Sim

() Não

23. Se a resposta anterior for sim, especifique o valor, período e como foi a experiência da organização com a realização do projeto anterior apoiado pelo Fundo Ecos, descrevendo seus principais resultados, aprendizados e dificuldades.

24. A organização proponente atua no território onde o projeto será desenvolvido? Se sim, de que maneira?

25. Como a organização ficou sabendo deste edital? (marque todas as aplicáveis)

() Site do Fundo Ecos () Redes sociais do ISPN () Outras redes sociais () WhatsApp ou outros grupos de mensagens () Por meio de outra organização ou instituição () Por meio de liderança, rede ou articulação territorial () Outro: _____

Parte 1. B - Informações sobre a Organização diretamente apoiada

26. Nome da Organização apoiada:

27. Sigla da Organização:

28. Endereço completo da organização, com CEP:

29. Telefone da organização apoiada:

30. E-mail da organização apoiada:

31. Site e ou redes sociais da organização:

32. Nome e cargo da pessoa responsável pela organização:

33. Telefone de contato da pessoa responsável pela organização:

34. E-mail de contato da pessoa responsável pela organização:

35. Objetivos da organização:

36. Indique organizações ou pessoas que possam fornecer referências sobre a organização:

Parte 2 - Informações sobre o Projeto

37. Nome do Projeto: *

38. Resumo do projeto:* (deve conter o nome do projeto, objetivo geral, resultados esperados, público participante, quantas famílias, pessoas e comunidades estão envolvidas, local de realização)

39. Qual é a duração do projeto? (máximo de 15 meses):*

40. Valor solicitado ao Fundo Ecos para o projeto em Reais (R\$):*

41. Em qual categoria o projeto se enquadra?* () Pequeno projeto (até R\$ 120.000,00) () Projeto de consolidação (até R\$ 240.000,00).

42. Paisagem Prioritária em que serão realizadas as atividades do projeto:* () Alto Rio Poti (PI); Oeste da Bahia (BA), () Sul do Maranhão (MA);

43. Bioma(s) em que serão realizadas as ações do projeto:* () Cerrado; () Caatinga; () Transição Cerrado - Caatinga; () Outro: _____

44. Em qual(is) estado(s) o projeto irá atuar?*

45. Em qual(is) municípios o projeto irá atuar?*

46. Apresentar a coordenada geográfica do local de execução do projeto, se disponível. Em caso de projetos que envolvem mais de uma comunidade, pode ser apresentada a coordenada geográfica da sede da organização proponente*

47. Quantos e quais territórios serão contemplados diretamente pelo projeto? Qual a estimativa de comunidades presentes nestes territórios?*

48. Quantas famílias serão diretamente apoiadas pelo projeto?*

49. Assinale o público alvo do projeto:*(marque todas as opções que se aplicam)

() Agricultor/a familiar

() Assentada/os da reforma agrária

() Quilombolas

() Povos indígenas: Qual(is)?

() Povos e Comunidades Tradicionais: Qual(is)?

() Outro(s) Especifique

50. Assinale o perfil do público alvo do projeto:* (marque todas as opções que se aplicam)

() Mulheres

() Homens

() Pessoas jovens – 15 a 29 anos

() Pessoas adultas – 30 a 59 anos

() Pessoas idosas – 60 anos ou mais

() Pessoas com deficiência

() Pessoas LGBTQIAPN+

() Outro(s) Especifique

51. Qual é o objetivo geral do projeto?*

52. Quais são os objetivos específicos do projeto?*

53. Contexto socioambiental - Você percebe que a sua região ou território vem sendo afetado pelas mudanças climáticas? Se sim, quais as principais consequências ou transformações você tem notado?*

54. Contexto socioambiental - Faça uma breve contextualização sobre a atuação da organização na paisagem e sua articulação com os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e/ou agricultores familiares, territórios e instituições envolvidos na proposta*

55. Contexto socioambiental - Quais os principais problemas e ameaças que o projeto pretende enfrentar? Demonstre por que a solução proposta é importante/relevante, ou seja, por que o projeto contribui para o enfrentamento destas questões?*

56. Contexto socioambiental - Como as pessoas, organizações e instituições do território se organizam para cuidar, tomar decisões e desenvolver ações conjuntas no território que será apoiado pelo projeto? Apresente um breve histórico dessas articulações, indicando quem participa, como se organizam, o que já foi realizado e quais são os principais desafios*.

57. Metodologia - Descreva as principais atividades propostas e como elas serão realizadas para que o projeto contribua para melhoria do contexto descrito anteriormente.*

58. Resultados e impactos esperados - Descreva as mudanças (social, ambiental, econômica e ou cultural) que o seu projeto pretende provocar na realidade do(s) território(s) durante e após a execução das atividades propostas*.

59. Resultados e impactos esperados - Explique como o projeto se relaciona com os principais problemas e eixos estratégicos identificados nas Oficinas de Consulta da paisagem e como contribuirá para fortalecer a resiliência socioambiental do território.*

60. Resultados e impactos esperados - Quais são os riscos e impactos negativos em termos sociais, ambientais, econômicos e culturais que podem impedir que o projeto alcance seus resultados? Quais são as medidas preventivas que podem ser tomadas? O que pode ser feito para reduzir o efeito dos impactos negativos (medidas de mitigação)?*

61. Houve participação de mulheres, jovens e ou idosos na elaboração deste projeto? Se sim, descreva como ocorreu essa participação. Descreva também como esses públicos serão envolvidos na execução, no monitoramento e na avaliação do projeto.*

62. Resultados e impactos esperados - Como serão divulgados os resultados do projeto para que possa alcançar outros públicos? Há recursos suficientes? (Os recursos necessários devem ser previstos no Anexo 3 - Orçamento)*.

63. O território onde o projeto será realizado possui Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), Plano de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PGTAQ), Protocolo de Consulta, Protocolo biocultural, Protocolo Comunitário ou outro instrumento de planejamento coletivo?* () Sim () Não () Não tenho conhecimento

63.1. Em caso afirmativo, informe qual e descreva se as ações do projeto contribuem para sua implementação, seu aprimoramento e ou sua revisão.

64. Quais recursos serão disponibilizados pela(s) comunidade(s), pela organização proponente e ou por parceiros como contrapartida ao projeto?* Considere tanto recursos financeiros (recursos próprios ou de parceiros aplicados nas atividades do projeto) quanto recursos não financeiros, tais como trabalho voluntário (mutirões, apoio

em reuniões, ATER, entre outros), cessão de infraestrutura, equipamentos (agrícolas, de informática, veículos etc.), espaços para realização de atividades, alimentos fornecidos e outros bens e serviços disponibilizados sem desembolso financeiro direto. Descreva os recursos previstos e, sempre que possível, indique a quantidade, o período ou a forma de utilização.

65. Resultados e impactos esperados - Há possibilidade de cooperação e ou parceria com esferas dos poderes municipal, estadual e federal, com outras organizações da sociedade civil, com o setor privado e/ou com instituições de ensino e pesquisa? Descreva os possíveis apoios.*

66. A temática e foco do projeto dialoga diretamente com o propósito de sua organização? Se sim ou não, por favor descreva.*

67. Se o projeto pretende realizar a comercialização de produtos, quais são as formas de inserção destes produtos no mercado?

68. Se o projeto pretende construir alguma instalação, anexe um desenho ou croqui com o tamanho da área a ser construída. Nesta etapa, as plantas não precisam ser feitas por especialistas, podendo ser desenhadas pela própria comunidade, desde que sejam especificadas as dimensões. No caso de aprovação do projeto, as plantas devem estar de acordo com as exigências sanitárias, administrativas e socioambientais. Para mais informações acesse o site www.agroindustria.org.br. (Anexar o croqui no formulário)

69. O grupo identifica a necessidade de assistência técnica para o projeto? Como ela será atendida?*

70. Você ou sua organização recebeu apoio ou assessoria de uma pessoa consultora, na elaboração da proposta?*() Sim () Não

71. Se a resposta anterior for sim, descreva qual a relação da pessoa consultora com sua organização ou comunidade (Exemplo: descreva um pouco sobre se é uma relação recente; relação de médio prazo, relação de longo prazo; relação com remuneração imediata; relação com remuneração posterior à aprovação do projeto; relação sem remuneração; outro tipo de relação).

72. Sua organização irá contar com alguma organização parceira, assessoria ou consultoria, para gestão e prestação de contas do projeto?*

73. Essa proposta de projeto foi elaborada com ajuda de inteligência artificial? (Apenas para um prévio diagnóstico em relação ao uso da inteligência artificial)* () Sim () Não

74. Se sim, descreva como foi o uso da inteligência artificial na elaboração da proposta (descritivo):

75. Nome da pessoa responsável pelo projeto:*

76. Função que a pessoa responsável pelo projeto exerce na organização:*

77. Telefone da pessoa responsável pelo projeto:*

78. E-mail da pessoa responsável pelo projeto:*

Informações adicionais para projetos de consolidação

79. Descreva quais resultados e impactos já alcançados pela iniciativa justificam sua consolidação. Explique como o projeto pretende fortalecer, aprimorar ou ampliar essa experiência, indicando os avanços esperados em relação às ações já desenvolvidas pela organização.

Anexos – Documentos do projeto

80. Plano de Trabalho (**Anexar no formulário**).

81. Tabela de Indicadores (**Anexar no formulário**).

82. Orçamento (**Anexar no formulário**).

83. Cronograma de atividades (**Anexar no formulário**).

